

PRODUTO INTERNO BRUTO

Maceló - Ano 7 - n. 7 - 2007



2007

Secretaria
de Estado do Planejamento e do Orçamento

GOVERNO DE
ALAGOAS
Quem sabe tem que ensinar.
Quem tem deve compartilhar.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA
GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS AGREGADOS ECONÔMICOS

PRODUTO INTERNO BRUTO

Maceió - Ano 7 - n. 7 - 2007

ALAGOAS
2002-2005

Maceió
2007

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotônio Brandão Vilela Filho

Vice Governador - José Wanderley Neto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO - SEPLAN

Secretário - Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira

Secretário Adjunto – Antonio Carlos Sampaio Quintiliano

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SUPEGI

Superintendente - José Cândido do Nascimento

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA

Diretor - Ilmo Wanderley Gallindo

GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS AGREGADOS ECONÔMICOS

Gerente - Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

EQUIPE TÉCNICA

Gilvandro Freitas

Roberson Leite Silva Júnior

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Christiane Louise Lima Silva - colaboração

Giovanni de Almeida Calheiros - Design gráfico

EQUIPE DE APOIO

Maria Teônia Melo Amorim Castelo Branco de Araújo

Margarida Maria Messias da Silva

Pyter Jonnathas Lopes Santos – estagiário

Tays Bezerra de Lima – estagiária

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

PRODUTO INTERNO BRUTO é uma publicação anual da SEPLAN/AI. Disponível para consultas e download no site <http://www.seplan.al.gov.br>. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Elisabete Maria M. de Souza – CRB-4/546

Produto Interno Bruto. - Ano 7, n. 7 (2001)- . Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2007- .
v.: il. Color. ; 21cm.

Anual

1. Economia - Alagoas. 2. Estatística - Alagoas

CDU33(813.5)
31(813.5)

Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento – SEPLAN

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas

CEP.: 57020-050 - Fone: (82)3315-1533 - Fax: (82)3315-1524

<http://www.seplan.al.gov.br>

biblioteca@seplan.gov.al.br



SUMÁRIO

- Apresentação	4
- Introdução	5
- Análise Setorial	5
- Definição do Ano de Referência	8
- Metodologia	9
- Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente e variação real, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005	23
- Variação real anual do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003/2005	24
- Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas - 2002-05	25
- Produto interno bruto per capita de Alagoas - 2002-05	25
- Valor Agregado a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2002-05	26
- Participação (%) no Valor Agregado a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2002-05	26
- Valor Agregado a preço básico, por atividade econômica de Alagoas - 2002-05	27
- Participação no Valor Agregado a preço básico, por atividade econômica de Alagoas - 2002-05	28
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, por setor de atividade do Brasil e Região Nordeste - 2002-05	29
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e Região Nordeste - 2002-05	30
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking do Brasil e das Unidades da Federação - 2002-05	31
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste - 2002-05	32
- Produto Interno Bruto per capita, segundo participação e ranking do Brasil e das Unidades da Federação - 2002-05	33
- Produto Interno Bruto per capita, segundo ranking, por Estados da Região Nordeste - 2002-05	34
- Produto Interno Bruto de Alagoas, Nordeste e Brasil, segundo participação - 2002-05	34

APRESENTAÇÃO

Os resultados e dinamismo das atividades produtivas de uma sociedade, em termos de produção de riqueza, podem ser expressos pelo Produto Interno Bruto. O desempenho desse agregado constitui referência para subsídio à tomada de decisão do gestor público, passando, portanto, a ser informação importante para a sociedade alagoana.

Com essa consciência a **Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento – SEPLAN**, através da **Superintendência de Produção e Gestão da Informação – SUPEGI**, divulga mais um trabalho, intitulado **Produto Interno Bruto**.

As informações divulgadas nesta publicação compreendem ao período de 2002 a 2005, desagregadas por atividade econômica e setor de atividade, com mensuração da metodologia elaborada pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, através da **Coordenação de Contas Nacionais – CONAR** em parceria com os Órgãos de estatística das Secretarias Estaduais.

O documento ora disponibilizado objetiva focar a economia alagoana, através do **Produto Interno Bruto – PIB**, como um vetor de análise e avaliação de seu desempenho, evidenciando dessa forma, a sua importância, como indicador básico da produção de riqueza do Estado.

Os dados quantitativos identificados nas tabelas, poderão dar uma visão mais perceptiva da realidade, bem como possibilitar o desenvolvimento de outras vertentes de análises mais aprofundadas a partir do PIB, podendo ainda, ser considerado como referência para pesquisas, que potencializarão novos estudos que ampliem e aprofundem o conhecimento sobre a estrutura produtiva da economia estadual. Os trabalhos de análise que se ventila, resultarão em subsídios importantes a processo de decisão de possíveis investimentos na economia estadual.

Esta publicação, portanto, representa mais um resultado dos esforços da **SEPLAN** em cumprimento a sua função de produzir, sistematizar e divulgar dados estatísticos do Estado, de forma a atender a demanda dos vários segmentos da sociedade.

Por fim, cumpre registrar a importância da cooperação disponibilizada pelo **IBGE**, em particular na qualificação dos técnicos desta **SEPLAN**, na consolidação e consistência dos resultados finais.

JÚLIO SÉRGIO DE MAYA PEDROSA MOREIRA

Secretário

INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto do Estado de Alagoas apresentou, no período 2004-2005, uma variação Real Anual de 4,9%, superando, tanto, o PIB do Brasil (3,2%), com o do Nordeste (4,6%). Em relação à Região Nordeste, Alagoas ficou em 3º lugar, sendo ultrapassado somente pelo o Estado do Maranhão (7,3%) e o Estado de Sergipe (5,5%). Esse resultado foi consequência do bom desempenho de alguns setores da economia alagoana.

Em 2005, o PIB de Alagoas alcançou o montante de 14,135 bilhões de reais, sendo 12,746 bilhões de reais provenientes do Valor Adicionado e 1,388 bilhões de reais, dos Impostos sobre Produtos e indicou um PIB *per capita* no valor de 4.687 reais.

Os sub-setores que apresentaram as maiores taxas de crescimento, em volume, no período 2004-2005 foram os de Serviços de Informação (23,5%), Transporte (10,7%), Comércio (9,5%), Serviços Prestados às Empresas (8,3%), Intermediação Financeira (8,0%), Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (7,6) e Alojamento e Alimentação (7,2%).

Composição do PIB de Alagoas - 2004-05

ANO	PIB R\$ Milhão			
	Valor adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente (=)	Variação Real anual do PIB (2004/2003) e (2005/2004) (%)
2004	11.653	1.238	12.891	-
2005	12.746	1.388	14.135	4,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais/ Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, SUPEGI

População Residente Estimada e PIB Per Capita de Alagoas - 2004-05

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA	PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)	VARIAÇÃO ANUAL NOMINAL DO PIB PER CAPITA (%)
2004	2.981.012	4.324	-
2005	3.015.912	4.687	8,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais/ Secretaria de Estado do Planejamento e do

ANÁLISE SETORIAL

Agropecuária

No tocante a estrutura setorial do PIB, o valor adicionado da agropecuária alagoana passou de 1,098 bilhões de reais em 2004, para 1,091 bilhões de reais em 2005. Em 2004, 855 milhões de reais foram provenientes da agricultura, silvicultura e exploração florestal e 243 milhões de reais, foram de contribuição da pecuária e da pesca. Já em 2005, 831 milhões de reais são provenientes da

agricultura, silvicultura e exploração florestal e 260 milhões de reais foram originários da pecuária e da pesca.

O setor agropecuário registrou um decréscimo de 0,56% no período 2004-2005, em virtude do declínio de 2,76% na atividade agricultura, silvicultura e exploração florestal, que correspondem a 76,16% do setor, concorrendo para que este recuasse sua contribuição de 9,42%, em 2004, para 8,56%, em 2005, no valor adicionado do Estado.

Esse declínio foi atribuído à queda na safra da cana-de-açúcar, que atualmente é o principal produto agrícola do Estado. Nesse período, a cana-de-açúcar apresentou uma retração na sua quantidade produzida de 9,74%, passando de 26.283.941 toneladas para 23.723.803 toneladas. Essa redução na agricultura não foi compensada pela pecuária, mesmo com o crescimento de 7,21%, nesta atividade, em função do crescimento de 10,24% do rebanho de bovinos, pelo fato da pecuária e da pesca representar apenas 23,84% deste setor

Além da cana-de-açúcar o Estado de Alagoas produz outras variedades de culturas, tais como: lavoura temporária - mandioca, feijão, milho, batata-doce, fumo, abacaxi, arroz, melancia, algodão herbáceo, tomate, fava, soja, amendoim e mamona e na lavoura permanente - laranja, coco-da-báia, banana, manga, maracujá, goiaba, pimenta-do-reino, castanha de caju, limão, urucum e café.

Na pecuária o efetivo bovino se apresenta com maior destaque, com um rebanho de 893.922 cabeças, em 2004, contra 985.422 cabeças, em 2005. Além da criação de bovinos o Estado possui outros tipos de rebanhos, tais como: ovinos, vacas ordenhadas, suínos, caprinos, eqüinos, muares, asininos, bubalinos e coelhos, mas de pouca representatividade dentro do PIB do setor.

Já o efetivo avícola é constituído de galinhas, galos, frangos, frangas, pintos e codornas e em relação aos produtos de origem animal temos a produção de leite, de ovos de galinhas, de codornas e o de mel de abelha, todos de pequeníssima contribuição na produção de riquezas do estado.

Indústria

No ano de 2005, o setor industrial alagoano alcançou 3,455 bilhões de reais no seu valor adicionado, contra 3,292 bilhões de reais, em 2004, sendo 108 milhões de reais, em 2004, e 160 milhões de reais, em 2005, proveniente da atividade Indústria Extrativa Mineral; 1,807 bilhões de reais, em 2004, e 1,646 bilhões de reais, em 2005, da Indústria de Transformação; 623 milhões de reais, em 2004, e 787 milhões de reais, em 2005, da Construção Civil e 755 milhões de reais, em 2004, e 862 milhões de reais, em 2005, da Produção e Distribuição de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana.

A Indústria de Transformação é a principal atividade deste setor, representa 47,64% do seu valor adicionado e o mesmo sofreu um declínio de 8,91% decorrente da queda verificada nas seguintes subatividades:

- Alimentos e Bebidas (-17,82%). É importante frisar que essa é a principal subatividade, contemplando 52,06% do valor adicionado da Indústria de Transformação. Além disso, nesse mesmo período, houve um aumento de 13% no seu consumo intermediário;

- Fabricação de Resinas e elastômeros (-29,40%). Já essa subatividade representa 13,02% do valor adicionado da Indústria de Transformação, fazendo com que o setor secundário diminuísse sua participação de 28,25%, em 2004, para 27,11%, em 2005 no valor adicionado do Estado.

As demais atividades compensaram essa perda, possibilitando ainda um relativo crescimento na ordem de 4,94% da indústria total, impulsionado principalmente pelas seguintes atividades:

- Indústria extrativa mineral (48,75%), pois nesse período, houve acréscimo de 47,15% no valor adicionado da extração de petróleo e gás natural;
- Construção Civil (26,34%);
- Produção e Distribuição de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana (14,20%). Nesta atividade verificou-se uma evolução no valor adicionado de Energia Elétrica (23,07%); Água (18,31%) e Gás Natural (20,41%);

Serviços

Em Alagoas, o setor de serviços alcançou, em 2005, 8,200 bilhões de reais, contra 7,263 bilhões de reais, em 2004. Esses valores são provenientes das seguintes atividades:

- Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação, 1,472 bilhões de reais, em 2004, e 1,474 bilhões de reais, em 2005;
- Serviços Alojamento e Alimentação, 213 milhões de reais, em 2004, e 191 milhões de reais, em 2005;
- Transportes, Armazenagem e Correio, 370 milhões de reais, em 2004, 566 milhões de reais, em 2005;
- Serviços de Informação, 439 milhões de reais, em 2004, e 608 milhões de reais, em 2005;
- Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar, 357 milhões de reais, em 2004, e 442 milhões de reais, em 2005;
- Serviços Prestados às Famílias e Associativos, 148 milhões de reais, em 2004, e 180 milhões de reais, em 2005;
- Serviços Prestados às Empresas, 234 milhões de reais, em 2004, e 252 milhões de reais, em 2005;
- Atividades Imobiliárias e Aluguel, 934 milhões de reais, em 2004, e 998 milhões de reais, em 2005;
- Administração, Saúde e Educação Pública, 2,658 bilhões de reais, em 2004, e 3,035 bilhões de reais, em 2005;
- Saúde e Educação Mercantis, 288 milhões de reais, em 2004, e 287 milhões de reais, em 2005;
- Serviços Domésticos, 150 milhões de reais, em 2004, e 167 milhões de reais, em 2005.

O setor terciário contribuiu com 62,33%, em 2004, e 64,33%, em 2005 no valor adicionado do Estado e expressou o melhor desempenho dentre os demais setores no período, com crescimento de 12,90%.

Dentre as atividades que mais se destacaram neste setor, no período 2004-2005 podemos citar Transportes, Armazenagem e Correio e Serviços de Informações, com crescimentos na ordem de 52,74% e 38,54%, respectivamente.

A atividade Administração, Saúde e Educação Pública apresentaram um bom desempenho, com crescimento de 14,20%, nesse mesmo período.

Ademais é importante salientar que esta atividade contribuiu, em 2005, com 37,01% do valor adicionado do Setor Serviços e 23,81% do valor adicionado do Estado.

DEFINIÇÃO DO ANO DE REFERÊNCIA

Em geral, a escolha do ano de referência de uma série de Contas Nacionais/Regionais deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientemente detalhados e abrangentes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da Conta de Produção.

A escolha do ano de referência recaiu sobre o ano de **2002**, tendo em vista que foi aquele em que a PNAD recebe uma nova classificação (CNAE domiciliar), ficando compatível com os anos subsequentes. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) passa a ser uma pesquisa com o perfil semelhante ao das outras pesquisas anuais, isto é, com estrato amostral e estrato certo, deixando de ser um painel. Dispõe-se também da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) com resultados para o ano de 2002/03 para balizar as estimativas de produção das atividades; e, finalmente, em 2003, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) já está compatibilizada com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) em suas ponderações, sendo este indicador de suma importância na mensuração do crescimento da indústria em volume de grande parte dos estados brasileiros.

Para os anos posteriores a 2002, já não se enfrentam problemas conceituais para a ausência de informações, como anteriormente para os anos intercensitários. A reformulação do modelo estatístico e incorporação por parte do IBGE de novas estatísticas suprem em parte a falta de indicadores regionais para algumas atividades (transporte, comércio, construção e serviços), já que estas pesquisas fornecem anualmente os valores correntes dos principais agregados. No entanto, para a partição entre a variação de volume e preço, ainda encontram-se algumas dificuldades de ausência de dados mais precisos.

METODOLOGIA DE REGIONALIZAÇÃO DAS PESQUISAS

No modelo atual das Contas Regionais, baseado fortemente nas pesquisas anuais do IBGE, a informação mais completa refere-se às empresas e também às suas unidades locais. Este modelo tem como vantagem a melhor informação sobre os fatores produtivos necessários para construção dos agregados com base nos dados contábeis das empresas, que em última instância, é a informação mais próxima da sua estrutura administrativa e organizacional. Naturalmente, por ser uma empresa formal, ela já convive com a prestação de contas sobre o seu desempenho financeiro junto ao órgão de fiscalização fazendária.

No modelo anterior, baseado em Censos, a informação servia melhor no que tange à regionalização já que advinha do estabelecimento e que poderia não estar na mesma Unidade da Federação da sede da empresa. No entanto, era mais difícil ao informante, já que ele teria que fornecer as informações em formato não habitual ao seu padrão contábil e acabava gerando informações distorcidas, além de serem bastante morosas, especialmente para as grandes corporações, que são compostas de várias unidades produtivas.

Para melhor adaptar as Contas Regionais ao novo modelo e, por saber, que se impõem algumas limitações no que concerne à regionalização, foi necessário desenvolver alguns critérios para regionalizar os agregados com base em indicadores fornecidos pelas pesquisas. Esses critérios de regionalização são por pesquisa:

PIA - Pesquisa Industrial Anual – PIA – Empresa

A PIA-Empresa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas industriais, tendo atividade principal classificada nas Seções C e D da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Está desenhada para representar todas as Unidades da Federação (UFs) na divisão da CNAE 1.0 (2 dígitos).

A PIA investiga empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, sendo o estrato amostrado composto por empresas entre 5 e 29 PO e o estrato completo com 30 ou mais pessoas ocupadas.

A pesquisa está organizada num esquema de unidades múltiplas com identificação das unidades locais, tendo a empresa como unidade central de investigação e núcleo em torno do qual se articulam as unidades. Para as empresas com múltiplas localizações e/ou múltiplas atividades econômicas, completam-se o enfoque centralizado na empresa, com a identificação das unidades locais, por localização geográfica e atividade principal exercida, e a informação de um conjunto limitado de variáveis referentes às atividades nelas exercidas. São com base nessas informações que foram criados os métodos de regionalização.

O valor da produção e o consumo intermediário foram estimados a partir da tradução das variáveis contábeis constantes no questionário da pesquisa para os conceitos de Contas Nacionais segundo as recomendações internacionais.

PAC - Pesquisa Anual do Comércio

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo das atividades investigadas, através de levantamentos anuais. São pesquisadas as empresas classificadas na Seção G da CNAE (excluindo 50.42, 51.1 e 52.7) sediadas no território nacional, à exceção da Região Norte onde são consideradas apenas aquelas sediadas nos municípios das capitais.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

A unidade de investigação da PAC é a empresa, o que gerou a necessidade do estabelecimento de critérios de rateio para as empresas que atuam em mais de uma Unidade da Federação (UF).

PAS – Pesquisa Anual de Serviços

A pesquisa tem por objetivo identificar a estrutura básica dos serviços empresariais não-financeiros no País, sua distribuição espacial e o acompanhamento de suas transformações, através de levantamentos anuais. A pesquisa possui como abrangência o território nacional, à exceção da Região Norte, onde são consideradas apenas aquelas sediadas nos municípios das capitais. A unidade de investigação da pesquisa foi à empresa, gerando necessidade de regionalização das informações das empresas por Unidade da Federação de atuação.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

PAIC - Pesquisa Anual da Indústria da Construção

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo da atividade de construção no país, através de levantamentos anuais. A unidade de investigação é a empresa classificada na Seção F da CNAE 1.0 e possui abrangência para todo o território nacional para as empresas que possuem 5 ou mais pessoas ocupadas.

Cálculo da função de produção dos trabalhadores por conta própria

A PNAD é uma pesquisa domiciliar, não tendo preocupações econômicas que permitam a estimação de agregados macroeconômicos para o cálculo do PIB pela ótica da produção, e a

informação que foi apropriada pela contabilidade nacional foi a posição na ocupação e o rendimento anualizado, este utilizado como *proxy* do VA da conta própria.

Para a construção da função de produção dos trabalhadores por conta própria utilizado os coeficientes técnicos (CI/VP, VA/VP etc.) das pequenas empresas (estrato amostral). Uma outra opção seria a utilização da ECINF (Economia Informal Urbana 2003), que também fornece a indicação para os coeficientes técnicos. Esta pesquisa foi usada nos parâmetros das Contas Nacionais, mas, por ter sido uma pesquisa única no ano de 2003, os coeficientes ficam constantes, fator este, fundamental no caso das Contas Regionais, pela opção pelos indicadores do estrato amostral, já que teremos informações anuais classificadas pela CNAE.

RESUMO DOS PROCEDIMENTOS

No novo ano de referência das Contas Regionais (2002) foram introduzidas algumas alterações, tanto pelas fontes das pesquisas, quanto de procedimentos, como já abordado. Na metodologia antiga, índices de volume e de preços eram utilizados para extrapolar a tendência do comportamento das atividades e estimar um valor corrente. Agora, os valores nominais são obtidos anualmente das pesquisas estruturais e balanços das empresas para as diversas atividades.

Os próximos capítulos contêm resumo por atividade da nova metodologia, classificação e procedimentos para a estimação anual dos agregados (VP, CI e VA).

1 – AGROPECUÁRIA

A atividade agropecuária na base 1985 era estimada apenas por uma função de produção. O Censo Agropecuário (CA) de 1985 foi a fonte básica dos dados, onde eram estimados o valor de produção dos produtos da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração vegetal e pesca, separadamente, sendo que os insumos eram agrupados para toda a agropecuária, existindo assim somente uma atividade.

No novo ano de referência (2002), foi replicado para às Unidades da Federação (UF) o trabalho feito nas Contas Nacionais, onde a agropecuária está desdobrada em doze atividades: sete da agricultura, três da pecuária, uma da silvicultura e exploração vegetal, além da pesca. A evolução do VP será tratada mais adiante, separadamente para cada atividade.

Neste sentido, houve um ganho analítico em relação a base 1985, em vez de uma função de produção teremos neste novo formato doze funções de produção. A estrutura definida separa em atividades os produtos mais importantes da economia brasileira (soja, cana-de-açúcar, café, cítricos e cereais) e agrupam-se em duas atividades os produtos não contemplados, os outros produtos da lavoura permanente e outros da lavoura temporária.

Para o consumo intermediário (CI), os insumos eram comuns a todas as atividades, já que o CA de 1995/1996 foi construído pelo critério de produção principal do estabelecimento, com isto, contemplava a produção principal do estabelecimento e também às produções secundárias¹

Relação dos insumos:

- Adubos e Corretivos
- Sementes e Mudas
- Agrotóxicos
- Medicamentos para Animais
- Sal
- Rações Industriais
- Outros Alimentos
- Compra de Ovos e Pinto de 1 dia
- Aluguel de máquinas e equipamentos
- Serviços de empreitada, Transporte da produção
- Sacaria e outras embalagens
- Combustíveis e lubrificantes
- Energia elétrica
- Outras despesas

Para a evolução dos insumos para os anos posteriores ao CA 1995/1996, foram utilizados indicadores específicos de volume e de preço, dependendo do produto, se da lavoura temporária ou permanente, da mesma forma para pecuária, silvicultura, exploração florestal e Pesca.

Para divulgação as atividades agrícolas foram agrupadas a atividade de silvicultura e exploração florestal e a pecuária foi somada a atividade de pesca.

1.1 – Agricultura

- Cultivo de Cereais
- Cultivo de Cana-de-açúcar
- Cultivo de Soja
- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Temporária
- Cultivo de Cítricos
- Cultivo de Café
- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Permanente.

O valor da produção (VP) estimado com base no Censo de 1995/1996 foi evoluído desde o ano de 1996 pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) por UF. Utilizam-se as variações de valor e de quantidade da PAM para os produtos que efetivamente são acompanhados pela pesquisa e, para

¹ Recomenda-se a leitura da Nota Metodológica No 14 do Sistema de Contas Nacionais – Atividade Agropecuária em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/default_SCN.shtml

àqueles que não têm indicadores na PAM, adota-se como indicador de evolução do volume da produção a média dos indicadores disponíveis por atividade.

Este procedimento é semelhante à base 1985, o que diferencia é o fato de serem agrupados em atividades diferentes, com funções de produção específicas.

Consumo Intermediário

Como já citado, com a introdução de uma função de produção para sete atividades agrícolas, a evolução dos insumos destas atividades para os anos subseqüentes foi realizada de acordo com a característica de cada uma. Para os produtos da lavoura temporária o indicador básico de volume é a área cultivada, para os produtos da lavoura permanente o indicador foi à variação da produção do produto principal. Para preço foram utilizados os indicadores de preços recebidos e pagos pelos produtores, Índice de Preço Pago médio (IPP médio) e Índice de Preço Recebido (IPR) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro - FGV. Apenas para o consumo de energia elétrica rural utilizou-se a quantidade consumida e a variação de preços específicos para cada UF, fornecidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

1.2 – Pecuária

1.2.1 -Criação de Bovinos, Outros Animas Vivos e Produtos de Origem Animal

1.2.2 - Criação de Suínos

1.2.3 - Criação de Aves

O valor da produção (VP) da Pecuária também foi estimado com base no CA 1995/1996. Basicamente foi utilizada a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) para evoluir o volume e, os Índices de Preços Recebidos pelos produtores (IPR) da FGV, para obtenção do valor.

No VP do produto bovinos vivos, diferentemente da base 1985, foi utilizado o ciclo de maturação dos animais, tanto para abate quanto para produção de leite, que, em média, é aproximadamente três anos. Foi utilizado também o peso do animal para abate por UF, para especificar as diferenças entre os tipos de gado cultivado no Brasil.

As atividades de suinocultura e criação de aves não apresentaram modificações na comparação com a base anterior, na evolução do VP destas duas atividades foi utilizado a PPM no volume e, IPR para preços, para os anos subseqüentes ao CA 1995/1996. O CI foi evoluído da mesma forma que os produtos agrícolas.

1.2- Silvicultura e exploração florestal

Esta atividade foi estimada de forma semelhante as atividades agrícolas, sempre com base no CA 1995/1996. Os indicadores de volume e preço para estimativa dos anos correntes foram a Pesquisa do Extrativismo Vegetal e Silvicultura (PEVS). Para os produtos que não dispunha de

indicadores na PEVS se utilizou o indicador médio, separadamente, para os produtos da silvicultura e extrativismo vegetal.

1.4 – Pesca

A atividade de piscicultura foi estimada de forma descendente, isto é, a função de produção da pesca nas Contas Nacionais foi distribuída para os estados com base nos dados informados pelo IBAMA para as empresas legalmente constituídas e a produção referente às famílias pela estrutura do Censo Demográfico 2000 - CD2000. Para o CI foi utilizada a relação CI/VP da conta de produção para a pesca das Contas Nacionais.

2 - INDÚSTRIA

Para as atividades industriais, que são Indústria de Transformação, Extrativa Mineral e Construção Civil, a exceção dos Serviços Industriais de Utilidades Pública (SIUP), foram introduzidas a Pesquisa Anual da Indústria (PIA)-Empresa e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) do IBGE. A introdução da pesquisa torna-se o fator diferencial mais importante neste novo contexto no trabalho, tanto nas Contas Nacionais quanto nas Contas Regionais.

As novas pesquisas por amostra do IBGE conseguem ser trabalhadas, apuradas e introduzidas ao trabalho em tempo hábil, sendo que a vantagem deste novo marco é de fornecer o valor dos agregados anualmente, sem a necessidade de estimadores derivados (índice de preço e de volume) para a obtenção dos valores dos agregados.

A classificação utilizada foi a CNAE, diferentemente da base 1985 a classificação é fixa para todas as UFs, independente se tem ou não importância para o estado. Na base anterior (1985) os gêneros industriais que não tinham importância para os estados eram agrupadas em uma rubrica chamada “outros”.

Os próximos tópicos estão compostos de uma descrição mais aprofundada das atividades industriais.

2.1 – Indústria Extrativa Mineral

Na construção da atividade foi utilizada a PIA e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, exceto para a atividade de extração de petróleo e gás, que trataremos em separado mais a frente.

Para o desdobramento do valor que a PIA disponibiliza, a opção foi a utilização do índice de volume e a obtenção do preço implicitamente. No caso dos estados que dispõem da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) utilizou-se a pesquisa, para os demais, foram utilizados os dados do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e/ou do consumo de energia elétrica na indústria extrativa. Este procedimento é idêntico ao utilizado na base 1985, com a diferença que a pesquisa já

levanta dados em valor corrente sendo, desta forma, o índice de preço estimado de forma implícita a partir do índice de volume calculado.

Tratamento da extração de petróleo e gás

A produção de petróleo e gás foi tratada separadamente e de maneira distinta da base 1985. Para descrever o procedimento é necessário antecipar o próximo tópico e incluir, na descrição da extração de petróleo e gás, a atividade de Refino de Petróleo que, apesar de fazer parte da indústria de transformação, teve um tratamento integrado com a extração.

No Brasil, a extração de petróleo e refino são atividades econômicas associadas, basicamente, a uma só empresa, a Petrobrás. Neste sentido, diferentemente da série anterior, a produção das duas atividades (extração de petróleo e refino) foi calculada a partir do valor adicionado (VA) da empresa. Na série anterior, as duas atividades eram estimadas separadamente e o resultado não era comparado ao valor adicionado total da empresa. Nesta nova série, o trabalho tem como ponto de partida o VA da Petrobrás, que será desdobrado em VA da extração de petróleo e gás e VA do refino.

Abaixo o esquema básico de cálculo:

1 O VA da Petrobrás foi calculado com base na ótica da renda, isto é, o VA é igual às remunerações mais o excedente operacional da empresa. A partir do cálculo do VA da Petrobrás, estimou-se o VA das atividades de exploração de petróleo e refino.

2 O próximo passo foi o cálculo do valor da produção (VP) do refino e da extração de petróleo. O VP da extração de petróleo foi estimado pela multiplicação das quantidades extraídas de petróleo e gás pelo preço internacional do petróleo (*brent*) menos um redutor de qualidade de 2 dólares.

Equação:

$VP_{extração} = \text{Quantidade extraída de petróleo e gás (ANP)} * (\text{preço do petróleo (brent)} - \text{redutor de qualidade})$

3 O cálculo do VP dos produtos do refino foi feito pela multiplicação das quantidades produzidas (ANP) pelo o preço dos produtos (ANP).

Equação:

$VP_{refino} = \text{Quantidade refinada (por produto ANP)} * (\text{preço dos produtos refinados (ANP)})$

4 Após o cálculo do VP da extração de petróleo e refino, obteve-se o VP total da empresa Petrobrás, o CI total da empresas foi obtido por diferença:

Equação:

$VA = VP - CI$

Já calculado -> $VP_{extração}$ e VP_{refino} , esta soma é igual ao $VP_{petrobrás}$

Agora se pode calcular:

$VP_{petrobrás} - VA_{petrobrás} = CI_{petrobrás}$, com isto estima-se a conta de produção completa da empresa Petrobrás.

5 Com a função de produção da empresa pronta, para o desdobramento do CI entre as atividades elegeram-se o cálculo do CI da atividade refino e por diferença o CI da extração. Esta escolha

deu-se pelo fato de se conhecer melhor as variáveis de custos e despesas. O CI do refino é composto pelo petróleo extraído, mais o petróleo importado e pelas margens de refino.

Equação:

$CI_{refino} = (\text{petróleo extraído} + \text{petróleo importado}) / \text{petróleo utilizado} + \text{margens de refino}$.

6 Por diferença, foi obtido o CI da atividade de extração de petróleo e gás.

Equação:

$CI_{petrobrás} - CI_{refino} = CI_{extração}$

7 Concluído este procedimento, regionalizou-se a função de produção das duas atividades, tendo como base os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) que informa o volume de produção de petróleo e gás por UF e a produção das refinarias por UF.

Com este procedimento garantimos que a soma das funções de produção das duas atividades seja igual ao da empresa, cada UF recebeu a parte proporcional nas duas atividades e, com isto, o total do VA da empresa.

2.2 – Indústria de transformação

Na construção desta atividade foi utilizado a PIA para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, tanto para o ano de referência, quanto para os anos subsequentes.

Como para a grande maioria das atividades da nova série, a opção para o desmembramento do índice de valor obtido na pesquisa, foi o indicador de volume e o índice de preço obtido implicitamente. A PIM foi o índice de volume utilizado, isto, para os estados que dispõe da pesquisa (AM, PA, CE, PE, BA, ES, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e GO) para os demais, a opção ainda é o consumo industrial de energia elétrica por gênero industrial. Neste sentido, as únicas mudanças importantes introduzidas foram a PIA e o tratamento da atividade refino, detalhado anteriormente.

2.3 – Indústria da construção

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa da Indústria da Construção (PAIC) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria. As principais alterações em relação a série 1985 foi a introdução da pesquisa PAIC, e também, o procedimento de estimação dos indicadores de volume. Como nas demais atividades onde se estimam os dados em valores correntes das pesquisas anuais e estima-se um índice de volume o índice de preços é obtido implicitamente.

Esta atividade, como na série 1985, está sendo calculada pelo IBGE, avaliada e referendada pelos estados, já que é de difícil regionalização.

A metodologia para o cálculo do índice de volume para a atividade teve algumas alterações em relação a série 1985, que de um modo geral, era estimada por regressões, entretanto utilizamos as mesmas variáveis mas de forma diferente.

As variáveis selecionadas para compor a evolução dos agregados, Valor de Produção e Consumo Intermediário, da atividade de Construção Civil para os anos correntes da série 2002, foram:

- O consumo aparente de cimento (SNIC);
- O pessoal ocupado da PNAD/IBGE (parte conta própria); e
- O número de empregados informados pela RAIS/TEM (parte formal).

O cimento constitui uma variável *proxy* do consumo intermediário e o pessoal ocupado da PNAD, que representa os conta própria mais o da RAIS, que simboliza o lado formal da Construção, ambos em consonância com o Valor Adicionado.

Assim, o produto real da atividade de Construção Civil, para as Unidades da Federação, foi função das variáveis explicativas: cimento e pessoal ocupado.

A equação que descreve o cálculo do índice de volume da Construção Civil pode ser visualizada assim:

$$Y = (CI/VP) * X1 + (VA/VP) * X2.$$

Onde:

Y é o índice de volume da construção civil por Unidade da Federação;

X1 é a variação em volume do cimento por Unidade da Federação; e

X2 é a variação do pessoal ocupado por Unidade da Federação² (1).

As relações CI/VP e VA/VP de cada UF serviram como ponderadores para agregação das variáveis estimando, desta forma, o índice de volume da Construção Civil de cada UF.

A evolução do Consumo Intermediário Seguiu o mesmo indicador, em volume da produção. Após o cálculo de todas as UFs, confrontou-se o índice de produção da atividade de Construção para o Brasil e ajustou-se aos dados nacionais, tanto a produção como o consumo intermediário.

2.4 – Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana

O procedimento de estimativa da conta de produção por Unidade da Federação não foi modificado nesta atividade. O processo de regionalização da atividade requereu o envolvimento de todas as equipes estaduais, que levantaram os balanço contábeis de todas as empresas classificadas nesta atividade (empresas de geração e distribuição de energia elétrica, de tratamento e distribuição de água e esgoto). Os dados balanços foram transformados para os conceitos da contabilidade nacional e foi estimada uma função de produção. O total dos resultados obtidos por UF foram ajustados aos dados nacionais.

A vantagem deste procedimento é que além da coleta dos balanços ser descentralizada, requer o engajamento das equipes, que têm noção clara do elenco de empresas que atuam em seus estados. A comparação dos resultados deste processo e os obtidos pela análise das Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídicas (DIPJ) resultou em diferenças insignificantes.

O índice de volume seguiu o mesmo procedimento da série anterior:

- Para geração de energia – variação da quantidade de energia gerada, no VP e CI;

² O pessoal ocupado da PNAD foi agregado com o pessoal ocupado da RAIS através da ponderação da participação no VP dos trabalhadores por conta própria da Construção, e o pessoal ocupado da RAIS ponderado pela participação do formal no VP, formando assim o índice agregado do PO que atuará na equação acima especificada.

- Para distribuição de energia – variação da quantidade de energia distribuída no VP e CI; e
- Para tratamento e distribuição de água e esgoto – VP volume de água faturada; CI volume de água tratada.

3 – SERVIÇOS

A atividade de serviços foi aquela que mais se beneficiou com a introdução das pesquisas anuais do IBGE, desde os Censos econômicos da década de 80 não se tinham tantos parâmetros para as atividades produtoras de serviços, agora, no novo ano de referência a cada ano poderemos acompanhar o comportamento destes setores.

Com o resultado das Contas Nacionais divulgado pelo IBGE (ano de referência 2000), percebeu-se que os setores de serviços ganharam participação no PIB em detrimento dos setores produtores de bens e certamente isto vai ser percebido regionalmente.

A introdução da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) se configura na grande mudança estrutural da nova série de referência. Todo este novo contexto não configura mudanças de procedimentos e sim, percepção anual do setor demonstrado pelas pesquisas.

O setor de serviços foi classificado no novo ano de referência em onze atividades para divulgação, abaixo relacionadas:

3.1 – Comércio e serviços de manutenção e reparação

O comércio no novo ano de referência foi estimado com base na PAC, PAS e PIA, para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

A atividade de comércio na série anterior não dispunha de muitas informações para a estimação dos anos subseqüentes ao Censo de 1985. Havia muitas dificuldades de se encontrar bons indicadores regionais, para os diversos segmentos do comércio, por este motivo, quando da divulgação das Contas Nacionais no começo de 2007, esta atividade foi uma das que teve seu peso na economia acima do que era estimado, o comércio passa de 7% para 11% da economia brasileira em 2004.

Além da vantagem da introdução da PAC nas estimativas regionais, nesta nova série, dispomos ainda da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) que fornece os indicadores de crescimento real do comércio para o desdobramento do valor da pesquisa entre índice de preço e de volume de alguns segmentos, além da utilização de dados da Associação Nacional dos fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da Agência Nacional de PETRÓLEO (ANP) como indicadores de volume e o índice de preço foi obtido de forma implícita.

3.2 – Transportes e armazenagem e correio

As atividades de transporte e armazenagem abrangem as atividades relacionadas com o transporte, por conta de terceiros, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos; a armazenagem de

mercadorias e as empresas de correios. O transporte compreende as empresas e os transportadores autônomos de carga, de mudanças e de passageiros.

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa Industrial Anual (PIA)-Empresa, a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria.

3.3 – Serviços de alojamento e alimentação

Os agregados (VP, CI e VA) das atividades de alojamento e alimentação foram totalmente estimados com base na PAS e PIA para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

Estas atividades foram trabalhadas separadamente, mas divulgadas juntas. Como em todas atividades que compõem os serviços, o aperfeiçoamento nos resultados foi devido ao fato da introdução da PAS, já que não haviam bons indicadores para as estimativas anuais dos setores de serviço.

As variações de preço foram obtidas a partir dos dados em valor corrente da pesquisa e indicadores de volume calculados por atividade de serviços.

Para a atividade de alimentação utiliza-se a variação de pessoal ocupado total da PNAD, por UF, como indicador de volume. Para a atividade de alojamento utilizam-se os passageiros desembarcados menos os em trânsito como índice de volume. Não houve grandes modificações de procedimentos nesta atividade, com exceção da introdução da PAS.

3.4 – Atividades imobiliárias e aluguéis

Nesta seção incluem-se as atividades imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação e administração. Compreende também os serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamento e objetos de uso pessoal.

Nas Contas Nacionais, o aluguel efetivo (residencial e comercial) e o aluguel imputado, foram construídos de forma ascendente, isto é, estima-se as Unidades da Federação, totalizando o Brasil pela soma das 27 UFs.

O setor de aluguéis de imóveis nas Contas Nacionais inclui os aluguéis recebidos por particulares pela cessão de seus imóveis, sob o regime de aluguel, para terceiros e, também, o valor do aluguel imputado aos residentes em moradia própria.

Para as atividades imobiliárias constituídos por empresas foi utilizado a PAS e para os trabalhadores por conta própria a PNAD.

3.5 – Serviços prestados às empresas

A atividade de serviços prestados às empresas foi uma das atividades que mais adquiriram importância, não apenas na economia brasileira, mas também no cenário econômico mundial.

O crescimento dos custos dos serviços foi um fator de importante estímulo à terceirização, na medida em que gerou pressões sobre os custos das empresas, pressionando-as a substituírem a produção dentro da própria atividade por encomendas a terceiros. Estas circunstâncias ocorreram tanto para os serviços mais complexos, que exigem mão-de-obra qualificada, quanto para os serviços tradicionais, empregadores de mão-de-obra desqualificada (limpeza, segurança, alimentação, alojamento e serviços domésticos).

Esta atividade foi totalmente estimada pela PAS, para as empresas formais, e PNAD para os trabalhadores por conta própria. A incorporação da PAS trouxe para a atividade de prestação de serviços às empresas uma grande contribuição para se medir anualmente sua importância na economia brasileira. Na série 1985 esta atividade estava classificada junto com o setor de aluguéis e nesta nova série, estará sendo estimada separadamente, em virtude do nível de importância.

Para o desdobramento do valor, como nas outras atividades, utiliza-se os indicadores de volume e o preço implícito. O índice de volume utilizado foi o crescimento médio das atividades produtivas, inclusive a administração pública, que é um forte demandante dos serviços ofertados pelas empresas prestadoras de serviços. Assim, o resultado foi o crescimento médio ponderado por UF medido pelo desempenho dos setores que demandam os serviços.

3.6 – Serviços prestados às famílias e associativos

A atividade foi toda estimada pela PAS, para as empresas formais e, PNAD para os trabalhadores por conta própria. Esta atividade juntamente com o comércio, tem um forte componente de informalidade.

Para as outras atividades, optou-se pelo índice de volume para o desdobramento do valor disponibilizado pela pesquisas. Utiliza-se a variação do pessoal ocupado total da PNAD.

3.7 – Serviços de informação

A atividade de Serviços de Informação abrange os serviços de Telefonia móvel e fixa, e os demais serviços de informação (atividades cinematográficas e de vídeo, atividades de rádio e de televisão, atividades de informática e serviços relacionados etc.).

Na série 1985 esta atividade não foi pesquisada quando da realização do Censo econômico de 1985, conseqüentemente, os dados referentes ao ano de referência e para os anos correntes foram coletados diretamente das empresas de telecomunicações, seja pela pesquisa de empresas públicas ou diretamente pelos balanços das empresas.

A partir dos relatórios anuais dessas empresas sobre receita e despesas operacionais, pode-se construir o Valor da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado para todos os anos. Para as empresas de telecomunicações tanto para a base 1985 quanto para a nova série 2002 a fonte foram os Balanços Contábeis compatibilizados com as informações da PAS (uma vez identificadas as empresas prestadores).

3.8 – Intermediação financeira, seguros e previdência complementar

Esta atividade apresenta poucas mudanças, o cálculo foi mantido de forma descendente, isto é, o resultado dos estados foi obtido por uma partição da conta de produção do Brasil. A diferença em relação a base 1985, foi a utilização de uma repartição para os seguros diferente da utilizada para os Serviços Financeiros Indiretamente Medidos (SIFIM).

Os indicadores de distribuição do valor do SIFIM das Contas Nacionais foram as operações bancárias ativas e passivas, fornecidas pelo documento de movimentação bancária por município do Banco Central do Brasil. Para a participação dos seguros serão usadas as informações fornecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que controla todo o setor, e o indicador foi o prêmio pago por UF.

3.9 – Administração, saúde e educação públicas

Esta atividade foi calculada da mesma forma que na série anterior, através da pesquisa de regionalização das transações do setor público. As principais fontes foram o Sistema Integrado de Administração Financeira do governo Federal (SIAFI) e o de Finanças do Brasil (FINBRA), ambos do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e da pesquisa Finanças Públicas do Brasil do IBGE.

A atividade administração pública passou por algumas mudanças de procedimentos metodológicos para atender de forma mais precisa às recomendações internacionais, entre as quais se destaca a apuração do consumo de capital fixo. Como o valor da produção desta atividade é calculado a partir dos custos de produção, conforme as recomendações internacionais, era necessário incluir este custo na sua base de cálculo para que os fluxos (valor da produção, valor adicionado, etc.) fossem calculados em termos brutos. O acréscimo do consumo de capital fixo, que representa cerca de 12% do valor adicionado bruto da atividade, foi um dos principais fatores que contribuíram para elevação do valor nominal da administração pública em relação à série anterior.

A atividade Administração Pública passou a ter um índice de volume próprio para cada elemento de sua conta de produção (remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo).

Neste novo contexto, o índice de volume que foi utilizado para as remunerações (VA) foi a variação do número de funcionários; os gastos de custeio (CI), o índice de volume foi estimado implicitamente, gerado pela deflação de seus custos; o consumo de capital fixo foi deflacionado pelo índice de preço médio do consumo de capital das Contas Nacionais. Com estas mudanças, a atividade APU experimenta um salto qualitativo no indicador de crescimento em relação a série 1985, onde o crescimento da atividade era o crescimento populacional.

O índice de volume utilizado para saúde pública levou em consideração a variação de dias de internação do ministério da saúde e para educação pública a quantidade de matrículas por série do ministério da educação.

3.10 – Saúde e educação mercantil

Para atividade de saúde e educação mercantil (saúde e educação pública estão dentro da atividade APU), como na série 1985, usar-se-á o método descendente de cálculo dos agregados, isto é, faz a distribuição da conta de produção da atividade das Contas Nacionais para cada UF.

A grande mudança nestas estimativas em relação à série 1985 quando adotou-se a participação da renda do trabalho obtida na PNAD no total da renda do Brasil. No novo ano de referência, introduziu-se os dados da DIPJs para construção da participação de cada UF. O método consiste em fazer uma leitura da receita das empresas de saúde e educação mercantil, criando-se uma chave de repartição para o VP por UF e repetir a relação consumo intermediário/valor da produção (CI/VP) da função de produção das Contas Nacionais.

Para o ano de 2004, usou-se a participação de 2003, já que as DIPJs não estavam disponíveis para uso.

O índice de volume utilizado foi a variação de pessoal ocupado total nas duas atividade fornecido pela PNAD.

3.11 – Serviços domésticos

Não houve nenhuma mudança no cálculo desta atividade em relação a série 1985. A atividade foi construída com base no total de pessoas ocupadas nos serviços domésticos, baseado nos dados da PNAD. Os índices para a evolução serão mantidos. Para volume, variação do pessoal ocupado total da PNAD.

Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente e variação real, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Valor adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente (=)	Variação real anual 2005/2004 (%)
BRASIL	1.842.253	304.986	2.147.239	3,2
NORTE	93.969	12.554	106.522	6,6
Rondônia	11.477	1.425	12.902	4,5
Acre	4.107	375	4.482	7,3
Amazonas	27.851	5.508	33.359	10,2
Roraima	2.946	233	3.179	4,4
Pará	35.292	3.858	39.150	4,2
Amapá	4.063	304	4.367	6,3
Tocantins	8.233	851	9.084	7,3
NORDESTE	245.744	34.761	280.504	4,6
Maranhão	22.861	2.465	25.326	7,3
Piauí	9.960	1.165	11.125	4,5
Ceará	36.224	4.699	40.923	3,0
Rio Grande do Norte	15.748	2.114	17.862	4,3
Paraíba	15.057	1.807	16.864	4,0
Pernambuco	42.918	6.985	49.904	4,2
Alagoas	12.746	1.388	14.135	4,9
Sergipe	11.990	1.432	13.422	5,5
Bahia	78.239	12.704	90.943	4,7
SUDESTE	1.025.490	188.301	1.213.791	6,6
Minas Gerais	167.273	25.338	192.611	4,0
Espírito Santo	37.821	9.370	47.191	4,3
Rio de Janeiro	208.427	38.509	246.936	2,9
São Paulo	611.969	115.083	727.053	3,6
SUL	309.253	47.008	356.261	6,6
Paraná	110.824	15.798	126.622	-0,1
Santa Catarina	74.561	10.735	85.295	1,6
Rio Grande do Sul	123.869	20.476	144.344	-2,8
CENTRO-OESTE	167.797	22.363	190.161	6,6
Mato Grosso do Sul	18.422	3.219	21.642	3,4
Mato Grosso	33.392	4.074	37.466	5,0
Goiás	44.753	5.783	50.536	4,2
Distrito Federal	71.230	9.287	80.517	5,1

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

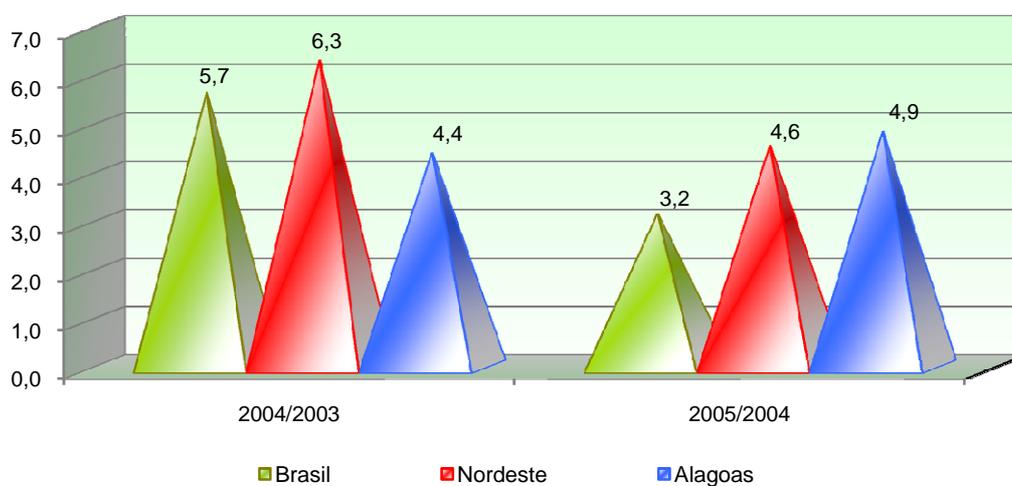
Variação real anual do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003/2005

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Variação real anual	
	2004/2003	2005/2004
Brasil	5,7	3,2
Sudeste	5,4	3,5
Minas Gerais	5,9	4,0
Espírito Santo	5,8	4,3
Rio de Janeiro	3,3	2,9
São Paulo	5,9	3,6
Nordeste	6,3	4,6
Maranhão	9,0	7,3
Piauí	6,2	4,5
Ceara	4,9	3,0
Rio Grande Norte	3,5	4,3
Paraíba	2,7	4,0
Pernambuco	4,1	4,2
Alagoas	4,4	4,9
Sergipe	6,6	5,5
Bahia	9,2	4,7

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Variação real anual	
	2004/2003	2005/2004
Norte	8,6	6,6
Rondônia	9,6	4,5
Acre	7,6	7,3
Amazonas	10,5	10,2
Roraima	5,5	4,4
Para	7,2	4,2
Amapá	8,0	6,3
Tocantins	8,1	7,3
Sul	4,9	-0,8
Paraná	4,9	-0,1
Santa Catarina	7,5	1,6
Rio Grande do Sul	3,4	-2,8
Cento Oeste	6,3	4,6
Mato Grosso do Sul	-1,2	3,4
Mato Grosso	16,2	5,0
Goiás	5,1	4,2
Distrito Federal	5,0	5,1

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Variação real anual do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Nordeste e Alagoas - 2003/2005

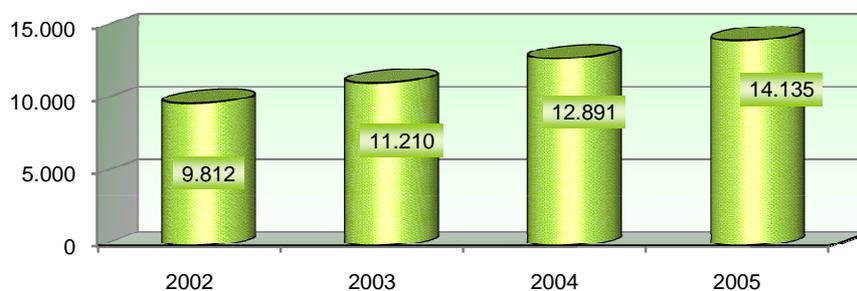


Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas - 2002-05

Ano	Moeda	Valor adicionado a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	PIB a preço de mercado corrente (=)	Variação nominal anual (%)	Variação real anual (%)
2002	R\$ Milhão	8.911	901	9.812	-	-
2003	R\$ Milhão	10.141	1.068	11.210	14,2	-0,7
2004	R\$ Milhão	11.653	1.238	12.891	15,0	4,4
2005	R\$ Milhão	12.746	1.388	14.135	9,7	4,9

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

PIB a preço de mercado corrente (R\$ milhão) de Alagoas - 2002-05

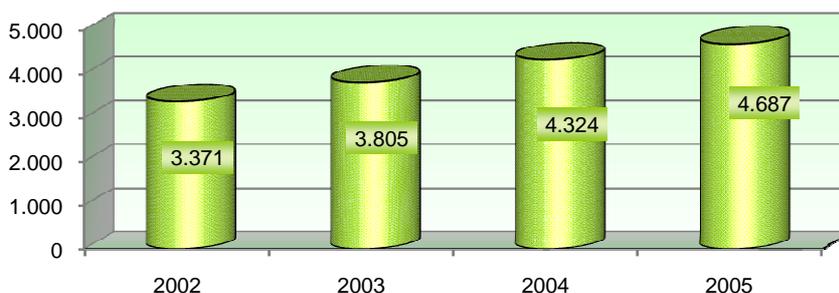


Produto interno bruto per capita de Alagoas - 2002-05

Ano	Moeda	PIB per capita	Variação nominal anual (%)
2002	R\$	3.371	-
2003	R\$	3.805	12,89
2004	R\$	4.324	13,65
2005	R\$	4.687	8,38

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

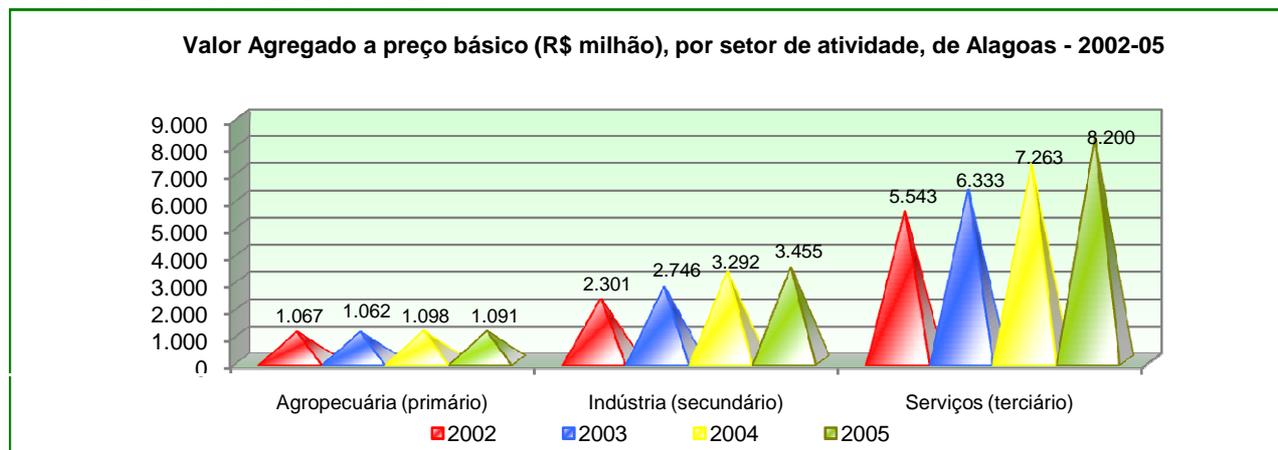
PIB per capita (R\$) de Alagoas- 2002-05



Valor Agregado a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2002-05

Ano	Moeda	Valor Agregado			
		Total	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2002	R\$ Milhão	8.911	1.067	2.301	5.543
2003	R\$ Milhão	10.141	1.062	2.746	6.333
2004	R\$ Milhão	11.653	1.098	3.292	7.263
2005	R\$ Milhão	12.746	1.091	3.455	8.200

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

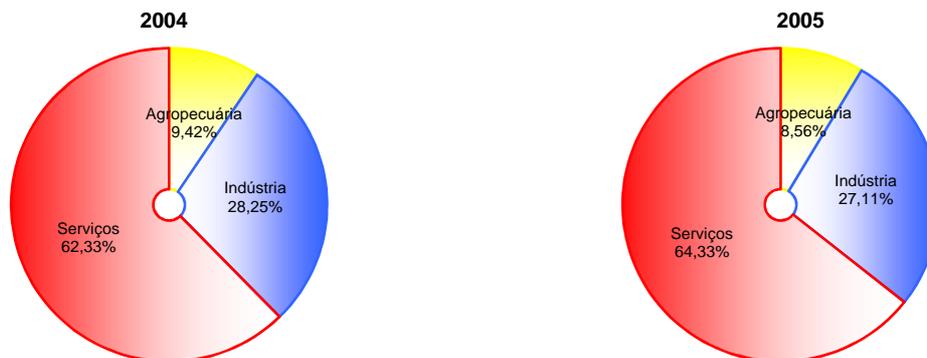


Participação (%) no Valor Agregado a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2002-05

Ano	Moeda	Participação (%) no Valor Agregado			
		Total	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2002	R\$ Milhão	100,00	11,97	25,82	62,20
2003	R\$ Milhão	100,00	10,47	27,08	62,45
2004	R\$ Milhão	100,00	9,42	28,25	62,33
2005	R\$ Milhão	100,00	8,56	27,11	64,33

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Participação no Valor Agregado a preço básico, por setor de atividade, de Alagoas

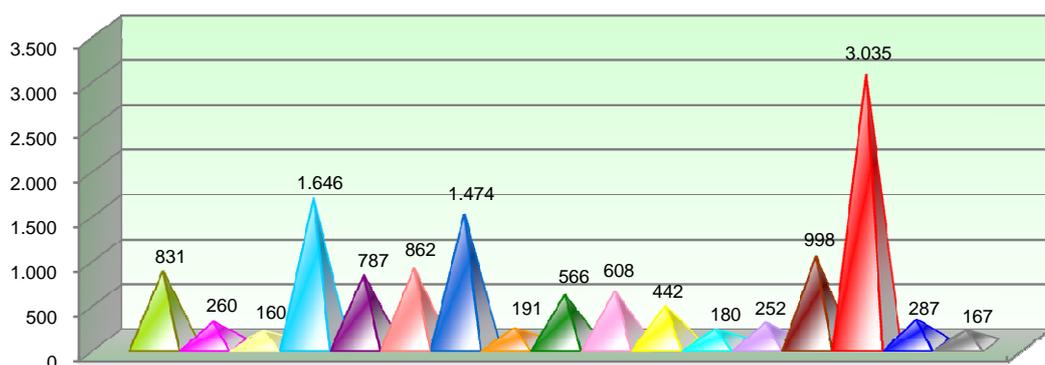


Valor Agregado a preço básico, por atividade econômica de Alagoas - 2002-05

Atividade Econômica	Valor Agregado (R\$ Milhão)			
	2002	2003	2004	2005
TOTAL	8.911	10.141	11.653	12.746
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	889	814	855	831
Pecuária e pesca	178	248	243	260
Indústria extrativa mineral	73	87	108	160
Indústria de transformação	1.263	1.614	1.807	1.646
Construção	486	479	623	787
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	479	567	755	862
Comércio e serviços de manutenção e reparação	832	1.096	1.472	1.474
Serviços de alojamento e alimentação	158	114	213	191
Transportes, armazenagem e correio	308	405	370	566
Serviços de informação	236	311	439	608
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	356	356	357	442
Serviços prestados às famílias e associativos	135	141	148	180
Serviços prestados às empresas	187	227	234	252
Atividades imobiliárias e aluguel	832	877	934	998
Administração, saúde e educação pública	2.149	2.411	2.658	3.035
Saúde e educação mercantis	235	263	288	287
Serviços domésticos	114	132	150	167

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Valor Agregado a preço básico (R\$ Milhão), por atividade econômica, de Alagoas - 2005



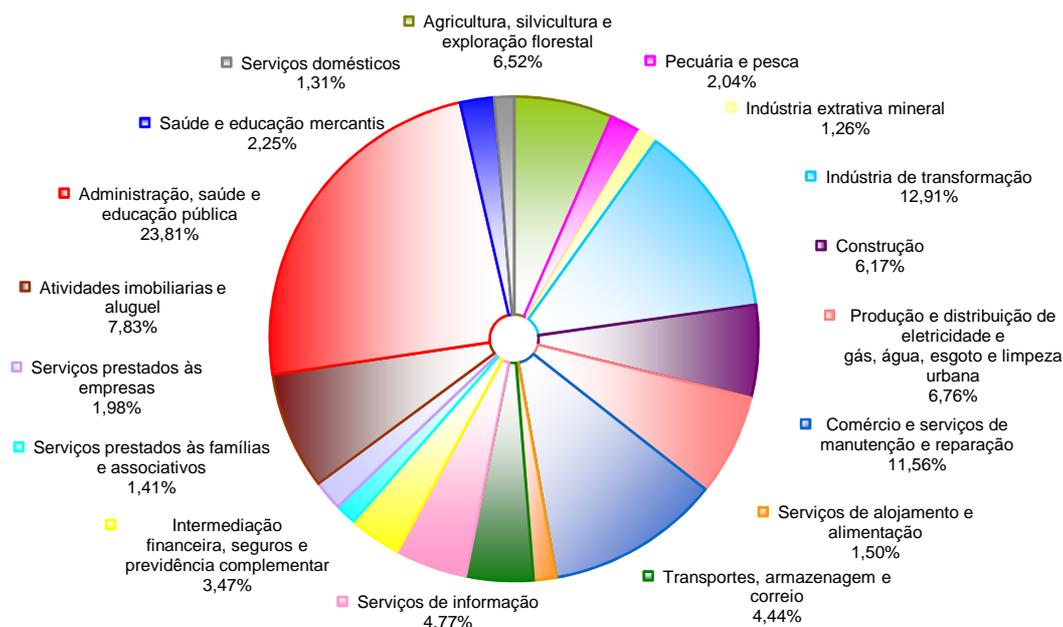
- Agricultura, silvicultura e exploração florestal
- Pecuária e pesca
- Indústria extrativa mineral
- Indústria de transformação
- Construção
- Prod. e dist. de eletricidade e gás, água, esgoto e limp. urbana
- Comércio e serviços de manutenção e reparação
- Serviços de alojamento e alimentação
- Transportes, armazenagem e correio
- Serviços de informação
- Intermediação financeira, seguros e previd. complementar
- Serviços prestados às famílias e associativos
- Serviços prestados às empresas
- Atividades imobiliárias e aluguel
- Administração, saúde e educação pública
- Saúde e educação mercantis
- Serviços domésticos

Participação no Valor Agregado a preço básico, por atividade econômica de Alagoas- 2002-05

Atividade Econômica	Participação no Valor Agregado (%)			
	2002	2003	2004	2005
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	9,98	8,03	7,34	6,52
Pecuária e pesca	2,00	2,44	2,08	2,04
Indústria extrativa mineral	0,82	0,86	0,92	1,26
Indústria de transformação	14,17	15,91	15,51	12,91
Construção	5,45	4,72	5,34	6,17
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	5,38	5,59	6,48	6,76
Comércio e serviços de manutenção e reparação	9,34	10,81	12,63	11,56
Serviços de alojamento e alimentação	1,78	1,13	1,83	1,50
Transportes, armazenagem e correio	3,45	4,00	3,18	4,44
Serviços de informação	2,65	3,07	3,76	4,77
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,00	3,51	3,06	3,47
Serviços prestados às famílias e associativos	1,52	1,39	1,27	1,41
Serviços prestados às empresas	2,10	2,24	2,01	1,98
Atividades imobiliárias e aluguel	9,34	8,65	8,02	7,83
Administração, saúde e educação pública	24,12	23,77	22,81	23,81
Saúde e educação mercantis	2,63	2,59	2,47	2,25
Serviços domésticos	1,28	1,30	1,29	1,31

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Participação no Valor Agregado a preço básico, por atividade econômica, de Alagoas 2005



**Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, por setor de atividade do Brasil e Região Nordeste
2002-05**

ANOS	Brasil	Região Nordeste									
		Total	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Total											
2002	1.477.822	191.592	15.449	7.425	28.896	12.198	12.434	35.251	9.812	9.454	60.672
2003	1.699.948	217.037	18.483	8.777	32.565	13.515	14.158	39.308	11.210	10.874	68.147
2004	1.941.498	247.043	21.605	9.817	36.866	15.580	15.022	44.011	12.891	12.167	79.083
2005	2.147.239	280.504	25.326	11.125	40.923	17.862	16.864	49.904	14.135	13.422	90.943
Agropecuária (primário)											
2002	97.797	16.754	2.501	698	2.065	831	943	1.729	1.175	429	6.384
2003	125.558	20.832	3.265	1.177	2.731	1.083	1.292	2.175	1.173	701	7.234
2004	134.222	22.708	3.924	1.246	2.609	1.114	1.216	2.251	1.214	568	8.566
2005	122.573	22.622	4.504	1.269	2.462	1.002	1.201	2.559	1.211	597	7.818
Indústria (secundário)											
2002	399.779	46.931	2.584	1.144	6.551	3.046	2.938	7.634	2.534	3.022	17.478
2003	473.364	53.740	3.454	1.353	7.086	3.074	3.353	9.052	3.035	3.734	19.598
2004	584.656	64.370	3.754	1.641	9.264	4.008	3.510	10.070	3.642	4.204	24.276
2005	628.600	72.725	4.353	1.897	9.442	4.652	3.799	11.034	3.831	4.471	29.246
Serviços (terciário)											
2002	980.246	127.907	10.364	5.582	20.280	8.321	8.553	25.889	6.104	6.003	36.811
2003	1.101.026	142.466	11.764	6.247	22.748	9.357	9.513	28.081	7.001	6.438	41.316
2004	1.222.620	159.964	13.926	6.930	24.993	10.458	10.296	31.689	8.034	7.396	46.242
2005	1.396.066	185.157	16.469	7.959	29.019	12.208	11.864	36.310	9.093	8.355	53.879

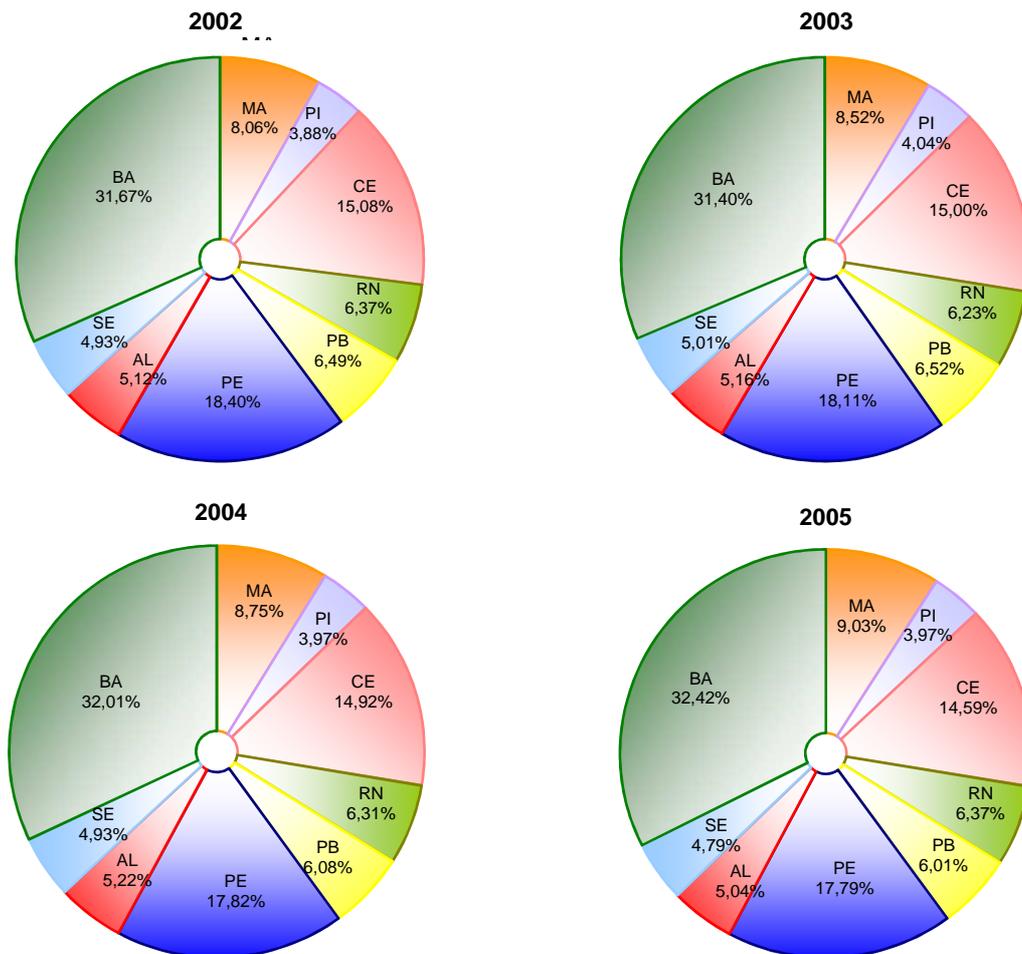
Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e Região Nordeste - 2002-05

Brasil e Região Nordeste	Produto Interno Bruto (R\$ Milhão)			
	2002	2003	2004	2005
Brasil	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239
Região Nordeste	191.592	217.037	247.043	280.504
Maranhão	15.449	18.483	21.605	25.326
Piauí	7.425	8.777	9.817	11.125
Ceara	28.896	32.565	36.866	40.923
Rio Grande Norte	12.198	13.515	15.580	17.862
Paraíba	12.434	14.158	15.022	16.864
Pernambuco	35.251	39.308	44.011	49.904
Alagoas	9.812	11.210	12.891	14.135
Sergipe	9.454	10.874	12.167	13.422
Bahia	60.672	68.147	79.083	90.943

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Participação no Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente da Região Nordeste



Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking do Brasil e das Unidades da Federação - 2002-05

Brasil e Unidades da Federação	2002			2003			2004			2005		
	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king
BRASIL	1.477.822	100,00	-	1.699.948	100,00	-	1.941.498	100,00	-	2.147.239	100,00	-
São Paulo	511.736	34,63	1	579.847	34,11	1	643.487	33,14	1	727.053	33,86	1
Rio de Janeiro	171.372	11,60	2	188.015	11,06	2	222.945	11,48	2	246.936	11,50	2
Minas Gerais	127.782	8,65	3	148.823	8,75	3	177.325	9,13	3	192.611	8,97	3
Rio Grande do Sul	105.487	7,14	4	124.551	7,33	4	137.831	7,10	4	144.344	6,72	4
Paraná	88.407	5,98	5	109.459	6,44	5	122.434	6,31	5	126.622	5,90	5
Bahia	60.672	4,11	6	68.147	4,01	6	79.083	4,07	6	90.943	4,24	6
Santa Catarina	55.732	3,77	8	66.849	3,93	7	77.393	3,99	7	85.295	3,97	7
Distrito Federal	56.138	3,80	7	63.105	3,71	8	70.724	3,64	8	80.517	3,75	8
Goiás	37.416	2,53	9	42.836	2,52	9	48.021	2,47	9	50.536	2,35	9
Pernambuco	35.251	2,39	10	39.308	2,31	10	44.011	2,27	10	49.904	2,32	10
Espírito Santo	26.756	1,81	12	31.064	1,83	12	40.217	2,07	11	47.191	2,20	11
Ceará	28.896	1,96	11	32.565	1,92	11	36.866	1,90	13	40.923	1,91	12
Pará	25.659	1,74	13	29.755	1,75	13	35.563	1,83	14	39.150	1,82	13
Mato Grosso	20.941	1,42	15	27.889	1,64	14	36.961	1,90	12	37.466	1,74	14
Amazonas	21.791	1,47	14	24.977	1,47	15	30.314	1,56	15	33.359	1,55	15
Maranhão	15.449	1,05	16	18.483	1,09	17	21.605	1,11	16	25.326	1,18	16
Mato Grosso do Sul	15.154	1,03	17	19.274	1,13	16	21.105	1,09	17	21.642	1,01	17
Rio Grande do Norte	12.198	0,83	19	13.515	0,80	19	15.580	0,80	18	17.862	0,83	18
Paraíba	12.434	0,84	18	14.158	0,83	18	15.022	0,77	19	16.864	0,79	19
Alagoas	9.812	0,66	20	11.210	0,66	20	12.891	0,66	20	14.135	0,66	20
Sergipe	9.454	0,64	21	10.874	0,64	21	12.167	0,63	21	13.422	0,63	21
Rondônia	7.780	0,53	22	9.751	0,57	22	11.260	0,58	22	12.902	0,60	22
Piauí	7.425	0,50	23	8.777	0,52	23	9.817	0,51	23	11.125	0,52	23
Tocantins	5.607	0,38	24	7.241	0,43	24	8.278	0,43	24	9.084	0,42	24
Acre	2.868	0,19	26	3.305	0,19	26	3.940	0,20	25	4.482	0,21	25
Amapá	3.292	0,22	25	3.434	0,20	25	3.846	0,20	26	4.367	0,20	26
Roraima	2.313	0,16	27	2.737	0,16	27	2.811	0,14	27	3.179	0,15	27

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste - 2002-05

Região Nordeste	2002			2003			2004			2005		
	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king	Valor R\$ Milhão	Participação (%)	Ran-king
Nordeste	191.592	100,00	-	217.037	100,00	-	247.043	100,00	-	280.504	100,00	-
Bahia	60.672	31,67	1	68.147	31,40	1	79.083	32,01	1	90.943	32,42	1
Pernambuco	35.251	18,40	2	39.308	18,11	2	44.011	17,82	2	49.904	17,79	2
Ceara	28.896	15,08	3	32.565	15,00	3	36.866	14,92	3	40.923	14,59	3
Maranhão	15.449	8,06	4	18.483	8,52	4	21.605	8,75	4	25.326	9,03	4
Rio Grande Norte	12.198	6,37	6	13.515	6,23	6	15.580	6,31	5	17.862	6,37	5
Paraíba	12.434	6,49	5	14.158	6,52	5	15.022	6,08	6	16.864	6,01	6
Alagoas	9.812	5,12	7	11.210	5,16	7	12.891	5,22	7	14.135	5,04	7
Sergipe	9.454	4,93	8	10.874	5,01	8	12.167	4,93	8	13.422	4,79	8
Piauí	7.425	3,88	9	8.777	4,04	9	9.817	3,97	9	11.125	3,97	9

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

**Produto Interno Bruto per capita, segundo participação e ranking do Brasil e das Unidades da Federação
2002-05**

Brasil e Unidades da Federação	2002		2003		2004		2005	
	Valor R\$	Ranking	Valor R\$	Ranking	Valor R\$	Ranking	Valor R\$	Ranking
BRASIL	8.378	-	9.498	-	10.692	-	11.658	-
Distrito Federal	25.747	1	28.282	1	30.991	1	34.510	1
São Paulo	13.259	2	14.788	2	16.158	2	17.977	2
Rio de Janeiro	11.543	3	12.514	3	14.664	3	16.052	3
Santa Catarina	9.969	5	11.764	4	13.403	5	14.539	4
Espírito Santo	8.258	7	9.425	8	11.998	8	13.846	5
Mato Grosso	7.928	8	10.347	7	13.445	4	13.365	6
Rio Grande do Sul	10.057	4	11.742	5	12.850	6	13.310	7
Paraná	8.945	6	10.935	6	12.080	7	12.339	8
Amazonas	7.253	9	8.100	10	9.658	9	10.289	9
Minas Gerais	6.904	12	7.937	12	9.336	11	10.012	10
Mato Grosso do Sul	7.004	11	8.772	9	9.461	10	9.557	11
Goiás	7.078	10	7.937	11	8.718	12	8.992	12
Rondônia	5.363	15	6.594	14	7.209	14	8.408	13
Roraima	6.513	13	7.455	13	7.361	13	8.123	14
Amapá	6.200	14	6.220	15	7.026	15	7.344	15
Tocantins	4.576	18	5.784	16	6.556	16	6.957	16
Sergipe	5.060	16	5.718	17	6.289	17	6.821	17
Acre	4.707	17	5.278	18	6.251	18	6.792	18
Bahia	4.525	19	5.031	19	5.780	19	6.583	19
Rio Grande do Norte	4.234	21	4.626	21	5.260	21	5.948	20
Pernambuco	4.328	20	4.774	20	5.287	20	5.931	21
Pará	3.918	22	4.448	22	5.192	22	5.617	22
Ceará	3.735	23	4.145	23	4.622	23	5.054	23
Paraíba	3.539	24	3.998	24	4.210	25	4.690	24
Alagoas	3.371	25	3.805	25	4.324	24	4.687	25
Maranhão	2.637	26	3.112	26	3.588	26	4.150	26
Piauí	2.544	27	2.978	27	3.297	27	3.700	27

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Produto Interno Bruto per capita, segundo ranking, por Estados da Região Nordeste - 2002-05

Região Nordeste	2002		2003		2004		2005	
	Valor R\$	Ranking						
Nordeste	3.891	-	4.355	-	4.899	-	5.498	-
Sergipe	5.060	1	5.718	1	6.289	1	6.821	1
Bahia	4.525	2	5.031	2	5.780	2	6.583	2
Rio Grande Norte	4.234	4	4.626	4	5.260	4	5.948	3
Pernambuco	4.328	3	4.774	3	5.287	3	5.931	4
Ceara	3.735	5	4.145	5	4.622	5	5.054	5
Paraíba	3.539	6	3.998	6	4.210	7	4.690	6
Alagoas	3.371	7	3.805	7	4.324	6	4.687	7
Maranhão	2.637	8	3.112	8	3.588	8	4.150	8
Piauí	2.544	9	2.978	9	3.297	9	3.700	9

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI

Produto Interno Bruto de Alagoas, Nordeste e Brasil, segundo participação - 2002-05

Ano	Valor Corrente (R\$ Milhão)			Participação (%)		
	Alagoas	Nordeste	Brasil	AL/NE	AL/BR	NE/BR
2002	9.812	191.592	1.477.822	5,12	0,66	12,96
2003	11.210	217.037	1.699.948	5,16	0,66	12,77
2004	12.891	247.043	1.941.498	5,22	0,66	12,72
2005	14.135	280.504	2.147.239	5,04	0,66	13,06

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLAN-SUPEGI